CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE – GO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 002/2026

ANALISTA LEGISLATIVO

8 DE NOVEMBRO DE 2026

DISCIPLINAS: LÍNGUA PORTUGUESA • MATEMÁTICA • INFORMÁTICA • CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS • LEGISLAÇÃO MUNICIPAL • REDAÇÃO

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém uma prova, com total de 56 (cinquenta e seis) questões de múltipla escolha, sendo 08 de Língua Portuguesa, 08 de Matemática, 08 de Informática e 32 de Conhecimentos Específicos, sequencialmente numeradas de 01 a 56, e a proposta da Prova de Redação.
- Cada questão contém 4 (quatro) alternativas (A, B, C e D), com uma única alternativa correta.
- Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.
- Use caneta esferográfica de cor azul ou preta, de corpo transparente, e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se estiver sem marcação, se houver marcação de mais de uma alternativa, emenda ou rasura.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada, e não será substituída por erro do candidato.
- O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala após 2 (duas) horas do início da prova, entregando ao fiscal a Folha de Respostas e o Caderno de Provas.
- A saída com o CADERNO DE PROVAS somente ocorrerá após as 3h45min do início das provas.
- O candidato que, durante a realização da prova, descumprir qualquer dos itens do Edital nº 002/2026 ou incorrer em qualquer situação irregular, em especial àquelas previstas no subitem 9.2.7, será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- O candidato que for eliminado deverá obrigatoriamente assinar o Termo de Eliminação do Concurso Público.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):
QUATRO HORAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a crônica abaixo e responda às questões 01 e 02:

O Padeiro

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento - mas não encontro o pão costumeiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a "greve do pão dormido". De resto não é bem uma greve, é um *lock-out*, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o que do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E enquanto tomo café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

- Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo?

"Então você não é ninguém?"

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: "não é ninguém, não senhora, é o padeiro". Assim ficara sabendo que não era ninguém…

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina - e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; "não é ninguém, é o padeiro!"

E assobiava pelas escadas.

Rubem Braga (Portal da Crônica Brasileira)

1. Ao refletir sobre a greve dos donos de padaria (*lock-out*) e sobre a figura do padeiro que conhecera no passado, o cronista contrapõe diferentes visões de mundo e de trabalho. A partir da leitura do texto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a ideia central e a perspectiva assumida pelo autor ao longo da crônica:

(a) A crônica busca denunciar o impacto negativo das paralisações patronais (*lock-out*) na vida dos trabalhadores urbanos, demonstrando como a falta do pão fresco compromete a rotina diária das pessoas.

(b) O texto centra-se na valorização do trabalho modesto e na revisão do próprio ego do narrador, que ressignifica o sentido de utilidade e importância social a partir da frase dita pelo padeiro.

(c) O autor defende a tese de que a atividade jornalística possui uma relevância social e intelectual superior a das profissões braçais, visto que a escrita de crônicas permanece na memória coletiva.

(d) O narrador manifesta um sentimento de revolta e indignação diante da insensibilidade social da patroa que definia o padeiro como "ninguém", propondo a conscientização de classe do trabalhador.

2. No penúltimo parágrafo, o autor traça um paralelo entre o trabalho do padeiro e o seu próprio trabalho como jornalista/cronista ("Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno [...] o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno"). Sob a perspectiva dos recursos argumentativos e da tese defendida na crônica, essa analogia cumpre a função de:

(a) Evidenciar que o reconhecimento profissional do jornalista depende do imediatismo com que a informação chega ao leitor, assim como o consumo do pão depende de seu frescor.

(b) Mostrar a desilusão do narrador com o jornalismo, uma vez que sua produção escrita era descartável e de pouco valor perante o trabalho essencial do padeiro.

(c) Desconstruir a hierarquização social do trabalho ao irmanar o fazer literário/jornalístico ao fazer artesanal, fundamentando a "lição de humildade" que desmistifica a vaidade do escritor.

(d) Argumentar que a rotina noturna desgastante aproxima os trabalhadores urbanos apenas na dimensão física do cansaço, mantendo-os distantes no que tange ao prestígio social de suas assinaturas.

3. Leia atentamente o Texto 1 e o Texto 2 para responder à questão a seguir.

Texto 1:



Infografico-violencia-desigualdade-racial-2021-v3

Texto 2:

"A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil", diz ONU ao lançar campanha contra violência. Campanha chamada "Vidas Negras" foi lançada nesta terça, em Brasília. Organização afirma que violência no país está relacionada ao racismo."

Uma campanha da Organização das Nações Unidas (ONU Brasil) pretende mostrar a relação entre racismo e violência no país. A iniciativa "Vidas Negras" foi lançada nesta terça-feira (7), em Brasília, e chama a atenção para morte de um jovem negro a cada 23 minutos no país. Os números são do Mapa da Violência, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

A campanha faz parte dos eventos que serão promovidos no mês da Consciência Negra e reúne uma série de vídeos que abordam temas como "filtragem racial". Segundo a ONU, trata-se da escolha de suspeitos pela polícia com base "exclusivamente na cor da pele". Outro tema é o "extermínio da juventude negra". (...)

Números da violência

Segundo uma pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Senado Federal, 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que "a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco".

O dado, de acordo com a ONU, revela o "grau de indiferença com que os brasileiros têm encarado um problema que deveria ser de todos". Luana Vieira, representante da Seppir no lançamento da campanha, destacou a importância da "representantividade em diversos espaços" para "iniciar a mudança".

Segundo a oficial de Programa do Fundo de População da ONU Ana Cláudia Pereira, "todos os anos são assassinadas no país 30 mil pessoas, 23 mil são jovens negros". A campanha pretende mostrar que preconceitos aumentam a discriminação racial e fazem com que os jovens negros sejam as principais vítimas, diz ela.

Outros números lembrados na campanha "Vidas Negras", foram divulgados na última semana pelo Fundo das Nações Unidas (Unicef) em um documento que mostra que de cada mil adolescentes brasileiros, quatro vão ser assassinados antes de completar 19 anos. Se o cenário não mudar, serão 43 mil brasileiros entre os 12 e os 18 anos mortos de 2015 a 2021, três vezes mais negros do que brancos.

Por Marília Marques, G1 DF. (Texto adaptado)

Em vista das estratégias argumentativas e a articulação entre as linguagens visual-estatística (Texto 1) e verbal-jornalística (Texto 2), assinale a afirmativa CORRETA:

(a) Constata-se uma relação de subordinação explicativa em que o Texto 2 opera exclusivamente como uma paráfrase do Texto 1, carecendo de acréscimo informacional ou conceitual, visto que sua função restringe-se a traduzir os dados semióticos do infográfico para o código verbal.

(b) Ao introduzir o conceito de "filtragem racial", o Texto 2 estabelece uma refutação velada da premissa do Texto 1, pois desloca a raiz da letalidade juvenil da macroestrutura da "desigualdade racial" para o âmbito estrito das condutas e desvios morais individuais dos agentes de segurança pública.

(c) Os textos estabelecem uma relação de complementaridade discursiva na qual a quantificação estatística (inerente ao Texto 1) é mobilizada no Texto 2 como argumento de prova concreta, servindo não apenas para informar, mas para desconstruir a naturalização da barbárie e denunciar o racismo como um fenômeno institucional e estrutural.

(d) Observa-se uma assimetria nos propósitos comunicativos: enquanto o Texto 1 (infográfico) assume uma postura exortativa e parcial, o Texto 2, por pertencer ao gênero notícia, restringe-se à função estritamente referencial da linguagem, abstendo-se de formular juízos críticos acerca da indiferença social.

4. Leia a tirinha com atenção:



Fonte: Google imagens. Acesso em 15 de agosto de 2026.

Para responder à questão, considere as falas dos personagens na tirinha fornecida:

1º quadrinho: "Eu decidi que nós devemos ser mais 'legais' do que nós somos."

2º quadrinho: "Nós não somos legais?" / "Claro que somos legais, mas não tão legais quanto nós podemos ser."

3º quadrinho: "Pessoas legais usam óculos escuros!"

4º quadrinho: "É legal tropeçar nas coisas?" / "Você não se move, você apenas fica girando."

Analise a estrutura sintática das orações no texto e assinale a alternativa que classifica corretamente a relação de coordenação ou subordinação presente na construção do sentido do diálogo:

(a) No trecho "Eu decidi que nós devemos ser mais 'legais'..." (1º quadrinho), a oração introduzida pela conjunção "que" classifica-se como oração subordinada substantiva objetiva direta, exercendo a função de complemento verbal do verbo transitivo direto "decidi".

(b) Em "Claro que somos legais, mas não tão legais..." (2º quadrinho), a oração introduzida por "mas" é uma oração subordinada adverbial adversativa, expressando uma circunstância de oposição à oração principal anterior.

(c) No enunciado "...do que nós somos" (1º quadrinho), a oração classifica-se como subordinada adjetiva explicativa, pois introduz um termo especificativo que restringe o sentido do adjetivo "legais".

(d) No último quadrinho, o período "Você não se move, você apenas fica girando" é composto por duas orações subordinadas substantivas justapostas sem conector, em que a segunda funciona como sujeito da primeira.

5. Leia a história em quadrinhos a seguir:



Fonte: Google imagens. Acesso em 08 de agosto de 2026.

Para responder à questão, considere o emprego dos verbos nos quadrinhos da tira fornecida:

1º quadrinho: "Tô sem usar o celular já faz um tempo..."

3º quadrinho: "Há quanto tempo você tá sem usar o celular?" / "Dois dias..."

Sob a perspectiva da morfossintaxe e da norma-padrão da língua portuguesa referentes à flexão e ao emprego dos verbos expressos na tirinha, assinale a alternativa CORRETA:

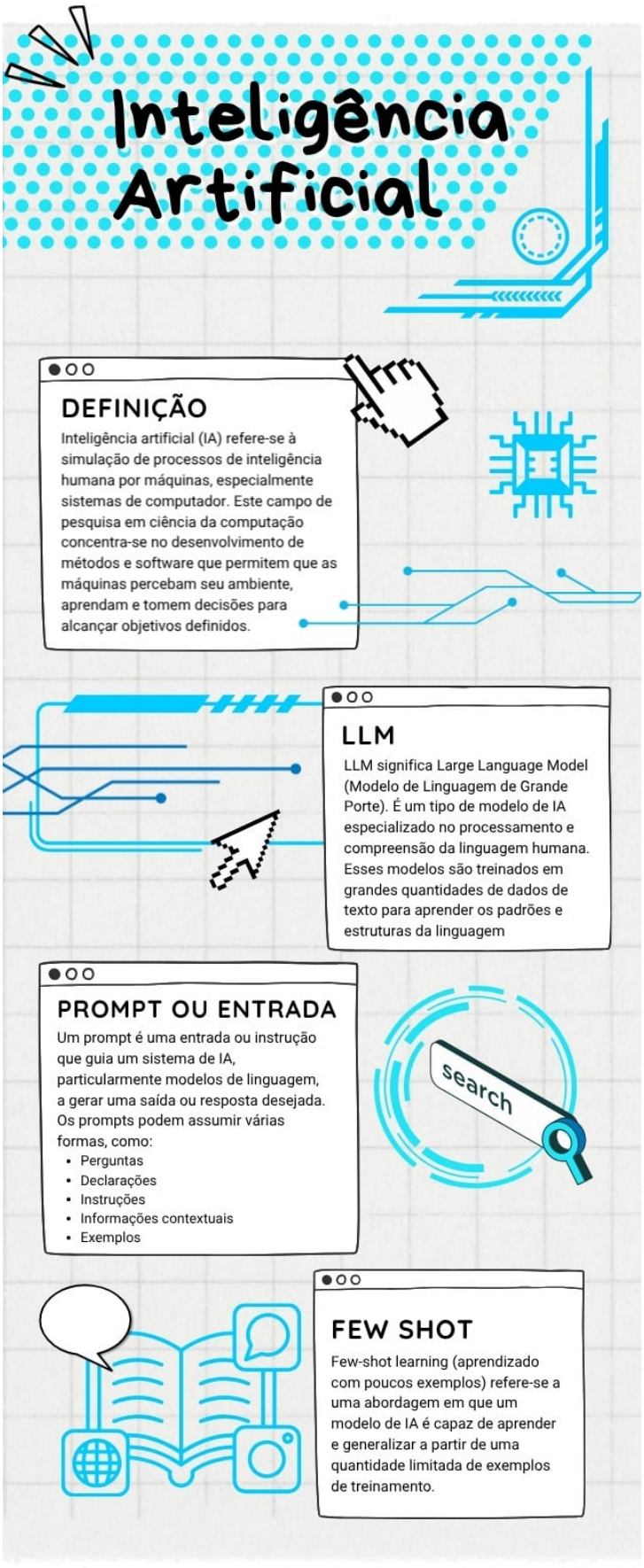
(a) No primeiro quadrinho, a forma verbal "faz" é empregada como verbo impessoal para indicar tempo decorrido. Por essa razão, caso o complemento expressasse uma ideia de pluralidade (ex.: "já _____ três meses"), a norma-padrão exigiria obrigatoriamente a flexão no plural ("já fazem três meses").

(b) No terceiro quadrinho, a forma "Há" pertence ao verbo haver, empregado com sentido temporal de decorrência. Se esse trecho fosse reescrito no futuro do subjuntivo na hipótese de uma projeção temporal (ex.: "Quando _____ dois dias que ela estiver sem celular..."), a forma verbal correta, segundo a norma-padrão, seria "houver".

(c) O verbo fazer (1º quadrinho) e o verbo haver (3º quadrinho) apresentam comportamentos sintático-morfológicos distintos quanto à pessoalidade: enquanto o verbo haver é inflexível por ser impessoal na indicação de tempo, o verbo fazer flexiona-se em pessoa e número de acordo com o adjunto adverbial de tempo a que se refere.

(d) As formas verbais "Tô" (1º quadrinho) e "tá" (3º quadrinho) são abreviações coloquiais do verbo estar. Por ser um verbo irregular de 1ª conjugação, sua flexão na 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo formal (tu) é "estás", e na 3ª pessoa do singular (você) é "esteja".

Leia o infográfico a seguir e responda às questões 06 e 07:



https://www.canva.com/pt_br/infograficos/modelos/tecnologia/

6. Considere os seguintes excertos adaptados dos infográficos fornecidos:

Trecho I: "Este campo de pesquisa em ciência da computação concentra-se no desenvolvimento de métodos e software que permitem que as máquinas percebam seu ambiente..." (Seção DEFINIÇÃO).

Trecho II: "A maioria dos modelos de linguagem é treinada em grandes quantidades de dados para aprender os padrões da linguagem." (Inspirado na seção LLM).

Com base nas regras gramaticais de concordância verbal da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa CORRETA:

(a) No Trecho I, a forma verbal "permitem" está no plural para concordar obrigatoriamente com o núcleo do sujeito "métodos e software". Caso o substantivo "software" fosse substituído por um termo no singular, a concordância no singular passaria a ser a única aceita.

(b) No Trecho I, o verbo "concentra-se" está no singular porque concorda com o núcleo do sujeito simples "campo". Se a expressão fosse alterada para "A maioria dos campos de pesquisa concentram-se", a concordância no plural seria gramaticalmente incorreta, visto que o núcleo do sujeito é o coletivo/partitivo no singular.

(c) No Trecho II, a forma verbal "é" concorda com o núcleo do sujeito especificativo "maioria". Contudo, segundo a norma-padrão, com expressões partitivas ou coletivas especificadas no plural ("A maioria dos modelos..."), é igualmente correta a concordância com o elemento pluralizador, permitindo a forma "são treinados".

(d) Se o Trecho I fosse reescrito como "Trata-se de métodos e softwares que capacitam os sistemas", o verbo "tratar" deveria obrigatoriamente ser flexionado no plural ("Tratam-se de métodos..."), pois o sujeito sintático da oração é o termo no plural "métodos e softwares".

7. Considere os seguintes trechos extraídos dos infográficos fornecidos:

Trecho I: "Inteligência artificial (IA) refere-se à simulação de processos de inteligência humana..." (Seção DEFINIÇÃO).

Trecho II: "Few-shot learning [...] refere-se a uma abordagem em que um modelo de IA é capaz de aprender..." (Seção FEW SHOT).

Analise a ocorrência ou ausência do sinal indicativo de crase nas regências verbais presentes no infográfico e assinale a alternativa CORRETA:

(a) No Trecho I, o uso do sinal indicativo de crase em "à simulação" é facultativo, uma vez que o verbo referir-se admite tanto a regência com a preposição "a" quanto a regência direta sem preposição.

(b) No Trecho II, a ausência do sinal indicativo de crase em "a uma abordagem" justifica-se pelo fato de o termo subsequente ser antecedido pelo artigo indefinido "uma", o que impede a fusão da preposição "a" exigida pelo verbo referir-se com um artigo definido feminino.

(c) Caso a estrutura do Trecho I fosse alterada para "Inteligência artificial refere-se a simulações computadorizadas", a inclusão do acento grave ("à simulações") seria obrigatória para indicar o plural implícito do substantivo.

(d) No Trecho II, caso o termo "uma abordagem" fosse substituído pela expressão "processos de aprendizagem", a forma gramaticalmente correta quanto à crase seria "refere-se à processos de aprendizagem".

8. Leia a charge a seguir:



Fonte: Google imagens. Acesso em 15 de agosto de 2026.

Para responder à questão, considere a fala do personagem no segundo balão da charge:

"De maneira alguma, somos totalmente irresponsáveis!"

Analise os aspectos sintático-semânticos e as regras gramaticais da norma-padrão quanto ao emprego da pontuação na fala do personagem e assinale a alternativa CORRETA:

(a) A vírgula empregada após a expressão "De maneira alguma" é obrigatória segundo a norma-padrão, pois isola um adjunto adverbial de negação que se encontra deslocado da ordem direta da oração.

(b) Caso a vírgula após a expressão "De maneira alguma" seja retirada ("De maneira alguma somos totalmente irresponsáveis!"), o sentido do enunciado permanece inalterado, pois a vírgula atua como mero recurso estilístico de pausa.

(c) O sinal de exclamação ao final da frase desempenha apenas uma função gramatical de demarcação de término de período, sem interferir no tom irônico ou na intenção expressiva da fala.

(d) A remoção da vírgula altera radicalmente o sentido do enunciado: com a vírgula, a expressão "De maneira alguma" atua como resposta negativa autônoma, fazendo com que a oração seguinte afirme a irresponsabilidade das redes; sem a vírgula, a expressão passa a modificar o adjetivo "irresponsáveis", negando a irresponsabilidade.

MATEMÁTICA

9. Uma comissão de planejamento municipal realizou um estudo técnico para otimizar o dimensionamento de pessoal em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS Alpha e UBS Beta). O estudo estabeleceu que o atendimento diário nessas unidades deve seguir rigorosamente as seguintes relações operacionais padrão entre as equipes de profissionais e o volume de atendimento diário de pacientes:

- A razão entre o número de médicos e o número de enfermeiros é de 3:5, e a razão entre o número de enfermeiros e o número de pacientes atendidos por dia é de 1:12.
- Em determinado dia de pleno funcionamento, a UBS Alpha atendeu exatamente 720 pacientes. No mesmo dia, mantendo as relações operacionais do estudo, a UBS Beta atendeu 180 pacientes a mais do que a UBS Alpha.

Analisando estritamente as razões operacionais estabelecidas no estudo técnico, a diferença absoluta entre o número de médicos em serviço na UBS Beta e o número de médicos em serviço na UBS Alpha nesse dia foi de:

(a) 4

(b) 6

(c) 8

(d) 9

10. A diretoria financeira de uma câmara municipal analisa duas propostas de financiamento para a atualização tecnológica de seus servidores. O valor a ser financiado é de R$ 200.000,00, com pagamento integral e único ao final de 2 meses.

- Proposta X: Aplica o regime de juros simples, à taxa mensal de 4,0% ao mês.
- Proposta Y: Aplica taxa efetiva mensal de 3,5% ao mês, associadas aos juros compostos.

A comissão de licitação optou pela proposta financeira mais vantajosa (a de menor montante final a ser pago pelo órgão público).

A partir das condições apresentadas, a economia percentual obtida com a escolha da proposta mais vantajosa, calculada em relação ao montante que seria pago na proposta menos vantajosa, é de, aproximadamente:

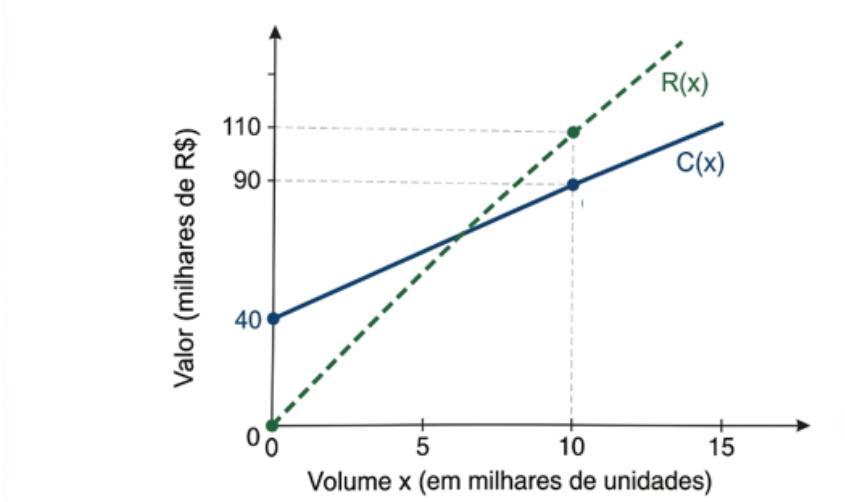
(a) 0,75 %

(b) 0,81 %

(c) 0,88 %

(d) 0,94 %

11. Um Analista Administrativo de um órgão público foi encarregado de avaliar o desempenho financeiro de um serviço público concedido à iniciativa privada. Para isso, analisou o gráfico cartesiano a seguir, no qual estão representadas duas funções afins (polinomiais do 1º grau) referentes ao custo total mensal $C(x)$ e à receita total mensal $R(x)$, ambos expressos em milhares de reais, em função do volume x de serviços prestados (em milhares de unidades), com $x \geq 0$.



No gráfico, destacam-se as seguintes propriedades geométricas:

- A função Custo $C(x) = a_1x + b_1$ intercepta o eixo vertical no ponto $(0, 40)$ e passa pelo ponto $(10, 90)$
- função Receita $R(x) = a_2x + b_2$ passa pela origem $(0, 0)$ e pelo ponto $(0, 0)$

Com base estritamente na análise algébrica e geométrica do modelo apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A taxa de variação (inclinação da reta) da receita por unidade prestada é superior ao dobro da taxa de variação do custo total.

(b) O custo fixo mensal do serviço, dado pelo coeficiente angular da função $C(x)$, equivale a R$ 40.000,00.

(c) O ponto de equilíbrio (break-even point), no qual a receita iguala o custo $[R(x) = C(x)]$, ocorre para um volume x exatamente igual a 8 mil unidades.

(d) A função Lucro $L(x) = R(x) - C(x)$ é estritamente decrescente para todo $x \geq 0$.

12. Uma comissão multiprofissional encarregada de otimizar a alocação de recursos em uma campanha pública de conscientização social modelou o impacto dessa ação. O número estimado de pessoas impactadas semanalmente, $I(x)$, em milhares de pessoas, é dado em função da verba semanal investida x, em dezenas de milhares de reais, por meio de uma função polinomial do 2º grau: $I(x) = -2x^2 + 16x + 18$

O orçamento semanal disponível para a campanha limita o investimento a um teto máximo de R$ 100.000,00 $(0 \leq x \leq 10)$.

Com base nas propriedades algébricas e geométricas da função quadrática apresentada e no contexto do problema, assinale a alternativa CORRETA:

(a) O investimento semanal que maximiza o número de pessoas impactadas é de R$ 40.000,00, gerando um alcance máximo de 50.000 pessoas.

(b) Para investimentos entre R$ 10.000,00 e R$ 30.000,00 semanais, o impacto semanal passa a ser estritamente decrescente em relação ao valor investido.

(c) Caso a comissão decida não realizar nenhum investimento inicial ($x = 0$), o impacto estimado da campanha será nulo.

(d) O número máximo de pessoas impactadas é atingido quando o investimento semanal é de R$ 90.000,00 ($x = 9$).

13. Em um laboratório de análises ambientais, o crescimento de uma população de bactérias em uma cultura é modelado pela função exponencial: $N(t) = N_0 \cdot 2^{k \cdot t}$ em que:

$N(t)$ representa o número total de bactérias no instante t (em horas);

N_0 é a quantidade inicial de bactérias no instante $t = 0$, com $N_0 > 0$;

k é uma constante real positiva $(k > 0)$ que indica a taxa de crescimento do cultivo;

t é o tempo decorrido, em horas $(t \geq 0)$.

Para monitorar o tempo exato t necessário para que a população atinja um determinado número N de indivíduos $(N > N_0)$, o técnico responsável precisa isolar a variável tempo t em função do número de bactérias N.

Em vista às propriedades algébricas das funções exponenciais e logarítmicas, assinale a alternativa que apresenta a expressão algébrica correta e equivalente para o tempo t.

(a) $t = \dfrac{log_2 N - log_2 N_0}{k}$

(b) $t = \dfrac{log_2 N}{k \cdot log_2 N_0}$

(c) $t = \frac{log_2(NN_0)}{k}$

(d) $t = k \cdot log_2\left(\frac{N}{N_0}\right)$

14. Um Analista de Controle Interno de uma prefeitura municipal foi designado para fiscalizar a reforma de um reservatório de água comunitário com formato geométrico de paralelepípedo retângulo reto. As dimensões internas desse reservatório são de 8 metros de comprimento, 5 metros de largura e 3 metros de altura.

O contrato de reforma estipulou o valor global de R$ 11.800,00 para a aplicação de um revestimento epóxi especial em toda a superfície interna do fundo e das quatro paredes laterais do reservatório (excluindo-se a cobertura/tampa superior). Ficou estabelecido que o custo unitário contratado por metro quadrado é fixo e obtido pela divisão do valor total pela área total dessa superfície a ser revestida.

Em seu relatório de fiscalização, o analista constatou que o prestador de serviços executou a aplicação do revestimento epóxi em apenas 80% da área total contratada. Considere que o valor total contratado tenha sido integralmente pago ao prestador de serviços, sem qualquer desconto pela parcela não executada.

Com base estritamente nas informações fornecidas, assinale a alternativa que indica corretamente o valor do prejuízo financeiro causado ao patrimônio público municipal correspondente à área que deixou de ser revestida.

(a) R$ 1.920,00.

(b) R$ 2.240,00.

(c) R$ 2.360,00.

(d) R$ 2.800,00.

15. Como parte do plano de manutenção preventiva e de gestão hídrica de um edifício público, a equipe de infraestrutura registrou o volume total de água consumido no reservatório principal durante os primeiros dias do mês. Observou-se que o volume de água consumido em cada dia seguiu um padrão de crescimento diário constante.

A tabela a seguir apresenta o volume de água consumido exclusivamente no n-ésimo dia do mês, c_n, em metros cúbicos (m^3):

Dia (n)	Volume Consumido no Dia c_n (m^3)
1	12
2	19
3	26
4	33

Tendo em vista que esse padrão de consumo diário se mantenha inalterado até o término do período de medição, qual será o volume total consumido no período do 11º ao 20º dia do mês, inclusive (isto é, a soma dos volumes consumidos do 11º ao 20º dia)?

(a) 785 m^3

(b) 815 m^3

(c) 925 m^3

(d) 1.135 m^3

16. Em uma auditoria interna realizada em um órgão público, analisou-se o tempo de processamento (em dias úteis) de 10 processos administrativos finalizados em um determinado setor. Os dados originais colhidos, ordenados em ordem crescente, foram:

Tempos (dias): 2, 3, 3, 4, 5, 5, 5, 7, 8, 18

Durante a consolidação do relatório, a equipe de controle interno identificou um erro material de digitação no registro do último processo: o valor que constava como 18 dias era, na verdade, de apenas 8 dias.

Após a devida retificação desse dado para o valor correto de 8 dias, assinale a alternativa que indica corretamente a variação sofrida por cada uma das medidas estatísticas (Média, Moda e Mediana, respectivamente) do conjunto de dados:

(a) A Média diminui em 1,0 dia; a Moda passa a ter dois valores (bimodal: 5 e 8); a Mediana diminui em 0,5 dia.

(b) A Média diminui em 1,0 dia; a Moda permanece inalterada (5,0); a Mediana permanece inalterada (5,0).

(c) A Média diminui em 10,0 dias; a Moda permanece inalterada (5); a Mediana diminui de 5,0 para 4,0 dias.

(d) A Média permanece inalterada; a Moda altera para 8,0; a Mediana diminui em 1,0 dia.

INFORMÁTICA

17. Considere o seguinte anúncio publicitário de um computador portátil para uso corporativo: "Notebook Intel Core i7, 16 GB de Memória RAM DDR5, SSD NVMe de 512 GB, Tela de 15,6 polegadas Full HD, Sistema Operacional Windows 11 Pro 64 bits.". Com base nos conceitos fundamentais de arquitetura de computadores e componentes de hardware e software, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A especificação de 16 GB refere-se à memória primária e volátil do sistema (RAM), enquanto a unidade SSD NVMe de 512 GB atua como dispositivo de armazenamento secundário e não volátil.

(b) A unidade SSD de 512 GB substitui a necessidade da memória RAM durante a execução de tarefas, pois ambos desempenham a mesma função de processamento direto de dados pela CPU.

(c) O sistema operacional Windows 11 Pro é classificado como um componente de hardware essencial, responsável pelo fornecimento e controle de energia elétrica aos circuitos integrados.

(d) A especificação do processador Core i7 indica que o computador possui exatamente 7 gigabytes de capacidade de armazenamento permanente de dados.

18. Um analista administrativo recebeu uma mensagem de correio eletrônico contendo quatro arquivos em anexo, supostamente relatórios e digitalizações de formulários institucionais. Ao inspecionar a mensagem, observou os seguintes nomes e extensões: DOC1.JPG, DOC2.EXE, DOC3.PNG e DOC4.PDF. Por motivos de segurança da informação e boas práticas contra ameaças digitais, o analista recusou-se a abrir o arquivo DOC2.EXE. Levando em conta os conceitos de tipos de arquivos e os princípios de segurança da informação. Assinale a alternativa que apresenta a justificativa CORRETA para a recusa do analista:

(a) A extensão .EXE é utilizada exclusivamente para documentos de texto estruturado sem imagens, não sendo compatível com leitores universais de tela.

(b) O formato .PDF é o único padrão que executa códigos de máquina diretamente no processador, tornando inofensivos os demais anexos.

(c) A presença de algarismos no nome do arquivo (como em DOC2) corrompe a estrutura de leitura do cabeçalho e impede a identificação de imagens .PNG.

(d) O arquivo DOC2.EXE é um executável de programas ou comandos do sistema, podendo carregar códigos maliciosos (malwares), ao contrário dos formatos usuais de documentos e imagens (.JPG, .PNG e .PDF).

19. Estudos sobre hábitos digitais revelam que a grande maioria dos usuários enfrenta dificuldades recorrentes para criar, memorizar e recuperar senhas de acesso aos múltiplos serviços utilizados no cotidiano, gerando perda de tempo e vulnerabilidade em contas pessoais e corporativas. A respeito dos conceitos de autenticação, gerenciamento de credenciais e boas práticas de segurança da informação, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A Autenticação de multifator (como o 2FA) adiciona uma camada extra de proteção ao exigir, além do conhecimento da senha, um segundo fator de validação da identidade, como um código temporário enviado ou gerado em um aplicativo ou dispositivo confiável.

(b) A autenticação biométrica consiste na digitação de sequências alfanuméricas com mais de dezesseis caracteres, intercalando símbolos especiais, letras maiúsculas e números aleatórios.

(c) A prática de reutilizar a mesma senha complexa em diversas contas e sistemas corporativos é recomendada por especialistas, pois impede o comprometimento simultâneo dos serviços em caso de vazamento de dados.

(d) Os gerenciadores de senhas são aplicações desaconselhadas pelas principais empresas de tecnologia, uma vez que impedem a criptografia de dados e forçam o uso de combinações curtas e previsíveis.

20. Um analista de gestão utiliza o Microsoft Excel para monitorar o desempenho mensal de processos administrativos concluídos por seu setor. Na planilha, cada linha representa o fechamento de um mês, estando a quantidade de processos finalizados registrada na coluna E e o índice de satisfação do usuário, uma nota de 0 a 10, registrado na coluna F. Para avaliar a evolução do mês atual (linha 12) em relação ao mês anterior (linha 11), o analista inseriu na coluna de parecer a seguinte fórmula:

=SE(E(E12>E11;F12>F11);"Atingiu a meta";"Abaixo da meta")

Com base na sintaxe e na lógica das funções do Microsoft Excel, assinale a alternativa que descreve corretamente o critério para que seja exibido o texto "Atingiu a meta":

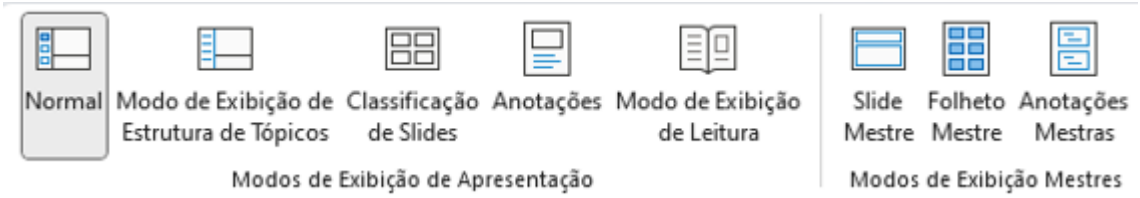
(a) Ambos os critérios devem ser satisfeitos simultaneamente, ou seja, o mês atual precisa apresentar uma quantidade de processos e um índice de satisfação estritamente maiores do que os registrados no mês anterior.

(b) Pelo menos um dos critérios deve ser atendido, exibindo o resultado positivo caso o mês atual supere o anterior apenas na quantidade de processos ou apenas no índice de satisfação.

(c) A fórmula retornará "Atingiu a meta" somente se os valores da linha 12 forem idênticos aos valores da linha 11 em ambas as colunas analisadas.

(d) A fórmula apresentará um erro de execução sintática, pois a função SE não permite o aninhamento de funções lógicas auxiliares como primeiro argumento de teste.

21. A imagem a seguir apresenta um recorte da guia Exibir do Microsoft PowerPoint em sua configuração padrão de idioma em português, destacando os grupos "Modos de Exibição de Apresentação" e "Modos de Exibição Mestres":



Com base na imagem e nos conceitos dos modos de exibição do Microsoft PowerPoint, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A opção ativa na imagem é o modo "Slide Mestre", utilizado para ocultar permanentemente todo o conteúdo textual e exibir apenas elementos visuais de fundo.

(b) O modo selecionado na imagem é o "Modo de Exibição de Leitura", projetado para bloquear a edição e ocultar todas as miniaturas e anotações do arquivo.

(c) A opção "Classificação de Slides" é a que se encontra ativa, exibindo os slides em tela inteira para execução direta da apresentação ao público.

(d) A opção ativa na imagem é o modo de exibição "Normal", que permite a edição direta do slide principal na área central, o gerenciamento de miniaturas no painel lateral e a inserção de anotações na parte inferior.

22. Na elaboração de relatórios técnicos e documentos institucionais no Microsoft Word, a guia "Referências" reúne ferramentas voltadas à estruturação e padronização documental. A respeito dos recursos e comandos presentes nessa guia, assinale a alternativa CORRETA:

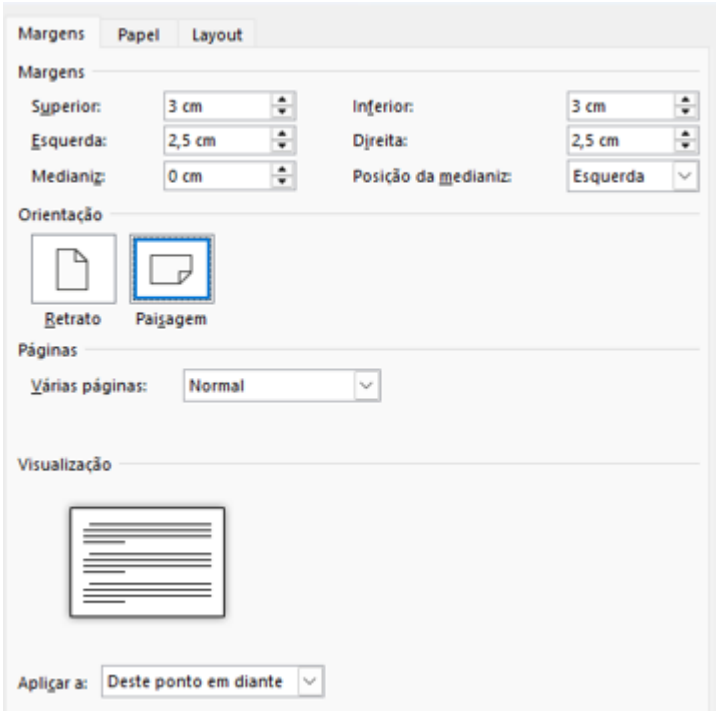
(a) A geração automática de Sumário utiliza a hierarquia dos estilos de título aplicados no texto para estruturar as seções e paginar o conteúdo.

(b) O comando Inserir Nota de Rodapé posiciona o texto explicativo ao final do arquivo, logo após a listagem das referências bibliográficas.

(c) O recurso Bibliografia exige que os dados das obras consultadas sejam previamente cadastrados no assistente de Mala Direta do aplicativo.

(d) A ferramenta Inserir Legenda converte tabelas em imagens estáticas protegidas e desativa a numeração sequencial de figuras no documento.

23. A imagem a seguir exibe a caixa de diálogo Configurar Página (guia Margens) do Microsoft Word. Com base estritamente nas opções configuradas na janela exibida, assinale a alternativa CORRETA:



(a) A orientação definida é Retrato, com margens esquerda e direita de 3 cm, aplicando as alterações a todo o documento simultaneamente.

(b) O espaçamento de medianiz está configurado em 2,5 cm à esquerda, com layout de impressão ajustado para o modo de páginas espelhadas.

(c) A orientação definida é Paisagem, com margens superior e inferior de 3 cm, sendo as alterações válidas a partir da posição atual do cursor ("Deste ponto em diante").

(d) As configurações mostram a aba Papel selecionada, definindo formato A4 com margens laterais personalizadas de 0 cm.

24. Um analista administrativo utiliza o Microsoft Excel para monitorar o prazo de tramitação de processos em dias úteis e classificar o nível de prioridade de atendimento de cada solicitação. Para automatizar essa classificação, ele inseriu na coluna de status a seguinte fórmula:

=SE(C4>=15;SE(C4<30;"Urgente";"Crítico");"Regular")

Tendo em conta que o número de dias de tramitação de um processo específico está registrado na célula C4, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Se o valor inserido na célula C4 for 8, o resultado exibido pela fórmula será "Urgente".

(b) Se o valor inserido na célula C4 for 20, o resultado exibido pela fórmula será "Urgente".

(c) Se o valor inserido na célula C4 for menor que 30, o resultado exibido pela fórmula será sempre "Crítico".

(d) Se o valor inserido na célula C4 for maior que 15, a fórmula retornará uma mensagem de erro de sintaxe.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

25. Sobre os princípios expressos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), assinale a alternativa CORRETA:

(a) O princípio da impessoalidade autoriza a Administração Pública a atuar sem necessidade de lei, dispensando a observância do princípio da legalidade.

(b) O princípio da impessoalidade, em sua dupla acepção, veda que a atuação administrativa vise a promover ou prejudicar pessoas determinadas e determina que os atos praticados pelo agente público sejam imputados ao órgão ou entidade da Administração Pública, e não à pessoa física do agente, em consonância com a teoria do órgão.

(c) O princípio da publicidade é absoluto, não comportando qualquer exceção constitucional, ainda que em situações de sigilo imprescindível à segurança do Estado.

(d) O princípio da eficiência substituiu, com a Emenda Constitucional nº 19/1998, o princípio da legalidade no rol do art. 37, caput, da CRFB/88.

26. Sobre a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos (art. 37, XVI e XVII, CRFB/88), assinale a alternativa CORRETA:

(a) A acumulação de cargos públicos é vedada de forma absoluta, sem qualquer exceção constitucional.

(b) A vedação à acumulação de cargos alcança apenas os cargos da Administração Direta, não se estendendo a empresas públicas e sociedades de economia mista.

(c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, com as ressalvas previstas na Constituição, sendo essa vedação estendida a empregos e funções e alcançando autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

(d) A compatibilidade de horários é dispensável nas hipóteses excepcionadas pelo art. 37, XVI, da CRFB/88.

27. Sobre a responsabilidade civil do Estado, segundo o art. 37, § 6º, da CRFB/88 e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova.

(b) A responsabilidade do Estado perante terceiros é subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa da Administração.

(c) Apenas as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente, estando as prestadoras de serviços públicos de direito privado sujeitas a regime de responsabilidade subjetiva.

(d) O direito de regresso contra o agente público independe da demonstração de dolo ou culpa, sendo também de natureza objetiva.

28. Sobre o poder disciplinar da Administração Pública e as garantias constitucionais aplicáveis ao processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

(a) O poder disciplinar prescinde de contraditório e ampla defesa quando a falta funcional for considerada de menor gravidade.

(b) A estabilidade do servidor público afasta qualquer possibilidade de perda do cargo, ainda que mediante processo administrativo regular.

(c) A perda do cargo pelo servidor público estável somente pode ocorrer mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, sendo aplicável, a todo processo administrativo do qual possa resultar sanção disciplinar, a garantia do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(d) As garantias do contraditório e da ampla defesa, previstas no art. 5º, LV, da CRFB/88, aplicam-se apenas aos processos judiciais, e não aos processos administrativos.

29. Nos termos do art. 37, § 4º, da CRFB/88, os atos de improbidade administrativa importarão determinadas consequências, na forma e gradação previstas em lei. Considerando o texto da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Os atos de improbidade administrativa importam automaticamente a perda dos direitos políticos, e não a mera suspensão.

(b) Na ação de improbidade, uma vez prescritas as sanções, o ressarcimento ao erário, imprescritível, depende da prova de que o ato foi doloso e configura ato de improbidade administrativa, para que se abra a ampla defesa e o contraditório, a fim de evitar a responsabilidade objetiva.

(c) As sanções previstas no art. 37, § 4º, excluem, por si só, a possibilidade de responsabilização penal do agente pelos mesmos fatos.

(d) É inconstitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei n.º 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.

30. Sobre a independência das instâncias de responsabilização do agente público, à luz do art. 37, § 4º, da CRFB/88, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A expressa ressalva constitucional quanto à "ação penal cabível" evidencia a independência entre a responsabilização civil por ato de improbidade administrativa e a responsabilização penal pelo mesmo fato.

(b) A condenação por improbidade administrativa pressupõe, necessariamente, condenação criminal prévia e transitada em julgado pelos mesmos fatos.

(c) A absolvição do agente na esfera penal, por qualquer fundamento, impede automaticamente a responsabilização por improbidade administrativa na esfera cível.

(d) A Constituição veda a cumulação de sanções decorrentes de instâncias distintas, em respeito ao princípio do non bis in idem.

31. A Lei Complementar n.º 95/1998 organiza a redação das leis em torno de três finalidades: clareza, precisão e ordem lógica (art. 11). Assinale a alternativa que associa corretamente a técnica legislativa à finalidade a que efetivamente se destina.

(a) A regra segundo a qual cada artigo deve restringir-se a um único assunto ou princípio destina-se à obtenção de clareza, tal como a exigência de frases curtas e concisas.

(b) A distribuição, por meio de parágrafos, dos aspectos complementares à norma do caput e das exceções à regra nele estabelecida destina-se à obtenção de clareza.

(c) A indicação expressa do dispositivo objeto de remissão, em vez do uso de expressões como "anterior" ou "seguinte", destina-se à obtenção de ordem lógica.

(d) A expressão de uma mesma ideia, quando repetida no texto, pelas mesmas palavras, evitando-se sinonímia com propósito meramente estilístico, destina-se à obtenção de precisão.

32. O Município reger-se-á por Lei Orgânica aprovada pela Câmara Municipal. Sobre a elaboração e aprovação da Lei Orgânica, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A Lei Orgânica Municipal é aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, em dois turnos, dispensado o interstício mínimo de dez dias entre as votações.

(b) A Lei Orgânica Municipal é votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal e por ela promulgada, devendo observar, além dos princípios da Constituição Federal e da respectiva Constituição Estadual, os preceitos expressamente elencados nos incisos do art. 29.

(c) A Lei Orgânica Municipal é promulgada pelo Prefeito Municipal, à semelhança do processo de sanção das leis ordinárias.

(d) A Lei Orgânica Municipal não está sujeita à observância dos princípios estabelecidos na Constituição do respectivo Estado, bastando a conformidade com a Constituição Federal.

33. Compete aos Municípios, dentre outros, nos termos do art. 30 da Constituição Federal de 1988:

(a) Legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

(b) Legislar sobre direito civil quando a matéria for de interesse eminentemente local.

(c) Suplementar os tratados de direito internacional nas matérias que interessarem aos municípios.

(d) Instituir e arrecadar tributos estaduais quando houver autorização prévia de lei estadual.

34. Segundo a doutrina nacional "Com Montesquieu, sob inspiração de Locke, vislumbrou-se a necessidade de interconectar as funções estatais, a fim de manter a autonomia e independência que lhes são típicas, nascendo daí a famosa teoria dos freios e contrapesos ('*check and balances*')." (FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 9ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017, p. 304). O art. 2º da Constituição Federal de 1988 estabelece que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Sobre o alcance desse princípio, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A independência dos Poderes significa ausência de qualquer controle recíproco entre eles, não havendo, na Constituição Federal, mecanismos de interferência mútua.

(b) A independência dos Poderes assegura a cada um o exercício autônomo de suas funções típicas.

(c) A edição de medida provisória é função atípica exercida pelo Poder Judiciário.

(d) Os três Poderes são, segundo a Constituição Federal, hierarquicamente subordinados ao Poder Executivo, a quem cabe a decisão final em caso de conflito entre eles.

35. Sobre a distribuição de competências entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal no processo de responsabilização do Presidente da República por crime de responsabilidade (arts. 51, I, e 52, I e parágrafo único, da Constituição Federal de 1988), assinale a alternativa CORRETA:

(a) Compete ao Senado Federal autorizar a instauração do processo, e à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente da República.

(b) A autorização da Câmara dos Deputados para instauração do processo depende de maioria simples dos votos dos presentes.

(c) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

(d) O julgamento pelo Senado Federal dispensa a presidência do Supremo Tribunal Federal, sendo sempre presidido pelo Presidente do Senado.

36. Nos termos do art. 61, § 2º, da Constituição Federal de 1988, a iniciativa popular de lei pode ser exercida perante a Câmara dos Deputados. Assinale a alternativa CORRETA:

(a) A iniciativa popular exige a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado do estado, distribuído por pelo menos sete Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(b) A iniciativa popular somente pode ser exercida perante o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

(c) A Constituição Federal não exige distribuição geográfica mínima, bastando o total de um por cento do eleitorado nacional, ainda que concentrado em um único Estado.

(d) A iniciativa popular exige a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

37. O controle de constitucionalidade "não nasceu de um ato genial de um só homem. Ele é resultado de um paulatino processo de amadurecimento através de séculos de história" (CUNHA JUNIOR, Dirley da. Controle de Constitucionalidade: Teoria e Prática. 10ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2019, p. 67). Sobre as modalidades de controle de constitucionalidade no ordenamento brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

(a) O controle difuso pode ser exercido por qualquer juízo ou tribunal, incidentalmente, produzindo, em regra, efeitos inter partes.

(b) O controle difuso somente pode ser exercido por Tribunal de Justiça, sendo vedado a juízos de instâncias inferiores.

(c) A cláusula de reserva de plenário do art. 97 aplica-se exclusivamente ao controle concentrado de constitucionalidade.

(d) A suspensão da execução de lei pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, X, é ato vinculado e automático, dispensada qualquer deliberação, sempre que o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade em controle difuso.

38. A doutrina de Direito Administrativo reconhece, na evolução histórica da Administração Pública brasileira, três modelos sucessivos - patrimonialista, burocrático e gerencial -, este último associado ao movimento da Nova Gestão Pública (New Public Management) e formalizado, no plano constitucional, pela Emenda Constitucional n.º 19/1998, que inseriu a eficiência entre os princípios expressos do art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988. Sobre os modelos de Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

(a) O modelo gerencial busca superar as disfunções do modelo burocrático - como o apego excessivo às formas (formalismo) e o controle rígido de processos em detrimento dos resultados.

(b) O modelo gerencial substitui integralmente o princípio da legalidade pelo da eficiência, dispensando o controle de legalidade dos atos administrativos em favor exclusivo do controle de resultados.

(c) O modelo burocrático foi o primeiro a surgir na Administração Pública brasileira, precedendo historicamente o modelo patrimonialista.

(d) A Emenda Constitucional n.º 19/1998 aboliu o princípio da legalidade do art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, substituindo-o pelo princípio da eficiência como fundamento exclusivo da atuação administrativa.

39. A lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) consagrou o princípio de que o acesso é a regra e o sigilo a exceção, distinguindo a transparência ativa da transparência passiva. A partir da Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A Lei de Acesso à Informação aplica-se exclusivamente à União, não alcançando Estados, Distrito Federal e Municípios.

(b) A transparência passiva consiste na divulgação de informações por iniciativa do próprio órgão público, ao passo que a transparência ativa depende de pedido formal do interessado, devidamente motivado.

(c) O pedido de acesso à informação, nos termos da Lei n.º 12.527/2011, exige motivação e demonstração de interesse específico do requerente, sob pena de indeferimento pelo órgão público.

(d) A transparência ativa consiste na divulgação de informações de interesse público por iniciativa do próprio órgão ou entidade, independentemente de requerimento, especialmente em sítios eletrônicos oficiais.

40. A Lei Orgânica do Município de Rio Verde disciplina a competência da Câmara Municipal. Sobre o alcance desse regramento, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A Lei Orgânica do Município de Rio Verde inclui, expressamente, entre as matérias do Regimento Interno, a fixação dos subsídios dos Vereadores.

(b) A Lei Orgânica do Município de Rio Verde amplia o espectro das matérias regimentais sem, contudo, deslocar para o Regimento Interno temas reservados a lei em sentido formal, como a criação ou extinção de cargos.

(c) A criação e a extinção de cargos nos serviços da Câmara constituem matéria tipicamente regimental, e não dependem de projeto de lei para sua efetivação.

(d) A Lei Orgânica do Município de Rio Verde contempla, entre as matérias reservadas ao Regimento Interno, a disciplina do processo eleitoral para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município.

41. A Lei Orgânica do Município de Rio Verde distribui, entre a Mesa e o Presidente da Câmara, a competência para promulgação de diferentes espécies normativas. Ponderando os arts. 31, IV, e 32, IV e V, da Lei Orgânica, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Compete à Mesa promulgar a Lei Orgânica e suas emendas, ao passo que compete ao Presidente da Câmara promulgar as resoluções e os decretos legislativos.

(b) Compete ao Presidente da Câmara promulgar a Lei Orgânica e suas emendas, atribuição que a Lei Orgânica retira da Mesa em favor da concentração de competências na Presidência.

(c) A promulgação de leis municipais é sempre ato privativo do Prefeito, não existindo, na Lei Orgânica do Município de Rio Verde, hipótese em que o Presidente da Câmara promulgue lei municipal.

(d) Resoluções e decretos legislativos são promulgados pela Mesa da Câmara, ao passo que a Lei Orgânica e suas emendas são promulgadas pelo Presidente.

42. Sobre o regime de veto e promulgação disciplinado pelo art. 48 da Lei Orgânica, assinale a alternativa correta:

(a) O veto parcial pode incidir sobre palavra ou expressão isolada dentro de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, não se limitando ao texto integral desses dispositivos.

(b) O veto deve ser exercido no prazo de 15 (quinze) dias corridos, podendo ser rejeitado pela maioria simples dos Vereadores presentes, em votação aberta.

(c) O veto, total ou parcial, deve ser exercido pelo Prefeito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, somente podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores em escrutínio secreto.

(d) Caso o Prefeito não promulgue a lei após a rejeição do veto, a matéria será automaticamente arquivada, não havendo previsão, na Lei Orgânica, de promulgação por outra autoridade.

43. Sobre as leis delegadas, disciplinadas pelo art. 49 da Lei Orgânica do Município de Rio Verde, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Não poderão ser objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar e os planos plurianuais e o orçamento.

(b) A matéria reservada à lei complementar pode ser objeto de delegação, desde que o Decreto Legislativo autorizador especifique expressamente essa possibilidade.

(c) A delegação ao Prefeito é formalizada por lei ordinária de iniciativa da Câmara, e não por Decreto Legislativo.

(d) Quando o Decreto Legislativo determinar a apreciação do projeto pela Câmara, é admitida a apresentação de emendas, desde que aprovadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

44. Sobre a composição e o funcionamento da Mesa da Câmara Municipal de Rio Verde, disciplinados pelo art. 22 da Lei Orgânica do Município de Rio Verde, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Destituído o componente da Mesa, a respectiva vaga permanecerá sem provimento até o término do mandato.

(b) Na ausência dos membros da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais votado nas últimas eleições municipais, independentemente de sua idade.

(c) A destituição de componente da Mesa exige o voto da maioria absoluta.

(d) A Mesa é composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Primeiro e Segundo Secretário, que se substituem nessa ordem; na ausência dos membros da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso dentre os presentes.

45. Sobre as espécies de comissões disciplinadas pelo art. 23 da Lei Orgânica do Município de Rio Verde, assinale a alternativa CORRETA:

(a) As Comissões Permanentes atuam em razão da matéria de sua competência, cabendo-lhes, entre outras atribuições, discutir e votar projeto de lei que dispensar a competência do Plenário na forma do Regimento Interno (ressalvado recurso de 1/3 dos membros da Casa).

(b) As Comissões Especiais possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, atribuição que a Lei Orgânica reserva, na verdade, às Comissões Parlamentares de Inquérito.

(c) As Comissões Permanentes são criadas por deliberação do Plenário e destinam-se ao estudo de assuntos específicos, característica que, na verdade, se atribui às Comissões Especiais.

(d) A Comissão Parlamentar de Inquérito pode ser criada por requerimento de qualquer Vereador, isoladamente.

46. Embasado pela estruturação das leis, disciplinada pela Lei Complementar n.º 95/1998, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A ementa integra a parte preliminar da lei e deve ser grafada por meio de caracteres que a realcem, explicitando, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

(b) A cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando cabível, integram a parte preliminar da lei, juntamente com a ementa e o preâmbulo.

(c) O preâmbulo, que indica o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal, compõe a parte normativa da lei.

(d) A parte normativa da lei compreende as disposições transitórias, quando houver, e a cláusula de revogação.

47. Nos termos do art. 7º da lei complementar n.º 95/1998, que trata do objeto e do âmbito de aplicação da lei, assinale a alternativa CORRETA:

(a) É vedado, em qualquer hipótese, que o mesmo assunto seja disciplinado por mais de uma lei, ainda que a lei posterior se destine apenas a complementar lei anterior considerada básica.

(b) O mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a lei subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

(c) A lei poderá conter matéria estranha a seu objeto, desde que exista pertinência temática com o assunto tratado em capítulo diverso da mesma lei.

(d) O âmbito de aplicação da lei deve ser estabelecido da forma mais genérica possível, de modo a abranger o maior número possível de situações jurídicas correlatas.

48. Suponha que uma lei, publicada em determinada data, estabeleça período de vacância, utilizando a cláusula "esta Lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial". Com base nas regras de vigência do art. 8º da lei complementar n.º 95/1998, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A contagem do prazo exclui o dia da publicação e inclui o último dia do prazo, entrando a lei em vigor no próprio último dia do prazo de vacância.

(b) A fórmula "entra em vigor na data de sua publicação" é a única cláusula admitida pela lei complementar n.º 95/1998, independentemente da repercussão da lei.

(c) A contagem do prazo inclui a data da publicação e o último dia do prazo, entrando a lei em vigor no dia subsequente à consumação integral do prazo de vacância.

(d) A cláusula de vacância descrita no enunciado é tecnicamente inadequada, pois a lei complementar n.º 95/1998 não prevê fórmula própria para leis que estabeleçam período de vacância.

49. Sobre a cláusula de revogação e a renumeração de dispositivos legais, nos termos da lei complementar n.º 95/1998, com a redação dada pela lei complementar n.º 107/2001, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A cláusula de revogação pode limitar-se à fórmula genérica "revogam-se as disposições em contrário", dispensando-se a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas.

(b) A lei complementar n.º 95/1998 admite que a lei revogadora declare revogada, genericamente, "a legislação anterior sobre a matéria", sem necessidade de indicação precisa dos dispositivos revogados.

(c) No acréscimo de dispositivos novos entre preceitos legais em vigor, é permitida a renumeração de artigos, desde que tecnicamente recomendável e devidamente justificada.

(d) É vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo STF ou de execução suspensa pelo Senado Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação seguida da expressão correspondente.

50. Quanto à técnica de articulação dos textos legais prevista no art. 10 da lei complementar n.º 95/1998, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Os parágrafos desdobram-se em incisos, os incisos em itens e os itens em alíneas, nessa ordem hierárquica de subdivisão interna do artigo.

(b) O artigo é a unidade básica de articulação, indicado pela abreviatura "Art.", com numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste; havendo um único parágrafo, este será grafado por extenso como "parágrafo único".

(c) As Seções e Subseções serão grafadas em letras maiúsculas e identificadas por algarismos romanos, tal como os Capítulos e os Títulos.

(d) O agrupamento de Capítulos constituirá diretamente Livros, sendo dispensável, nessa sequência de agregação, a passagem pelo Título.

51. O controle externo exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, é um dos temas mais sensíveis da fiscalização contábil, financeira e orçamentária municipal, especialmente quanto à distinção entre os atos de apreciação e os atos de julgamento de contas. Sobre a disciplina constante da Lei Orgânica do Município de Rio Verde, assinale a alternativa CORRETA:

(a) O parecer emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas do Prefeito é vinculante e insuscetível de revisão pela Câmara Municipal, cabendo a esta apenas homologá-lo.

(b) Compete ao Tribunal de Contas dos Municípios o julgamento das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, ao passo que a apreciação das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos compete privativamente à Câmara Municipal.

(c) O controle externo compreende a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, sendo que o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

(d) O parecer do Tribunal de Contas dos Municípios somente deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, quórum idêntico ao exigido para a rejeição das contas dos administradores e demais responsáveis por bens públicos.

52. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 950 da repercussão geral (RE 632.115, rel. Min. Luís Roberto Barroso), fixou entendimento no sentido de que "a imunidade material parlamentar (...) configura excludente da responsabilidade civil objetiva do Estado (art. 37, § 6º, CF/1988), afastando qualquer pretensão indenizatória em face do ente público por opiniões, palavras e votos cobertos por essa garantia" e que, "nas hipóteses em que a conduta do parlamentar extrapolar os limites da imunidade material, eventual responsabilização recairá de forma pessoal, direta e exclusiva sobre o próprio parlamentar, sob o regime de responsabilidade civil subjetiva".

Considerando essa tese, aplicável por simetria à imunidade material dos Vereadores prevista no art. 36 da Lei Orgânica do Município de Rio Verde, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Ainda que a manifestação do Vereador esteja integralmente acobertada pela imunidade material, o Município responde objetivamente perante o terceiro lesado, cabendo-lhe posterior ação regressiva contra o parlamentar.

(b) Quando a manifestação do Vereador estiver coberta pela imunidade material, é afastada a responsabilidade civil objetiva do Município (art. 37, § 6º, CRFB/88); quando extrapolar os limites dessa garantia, a responsabilização será pessoal, direta e exclusiva do Vereador, sob o regime da responsabilidade civil subjetiva.

(c) A imunidade material, por ser garantia institucional da Câmara Municipal e não do parlamentar individualmente considerado, afasta sempre e em qualquer hipótese a responsabilidade pessoal do Vereador, ainda que suas palavras extrapolem o exercício do mandato.

(d) A exclusão da responsabilidade objetiva do Estado, fixada pelo STF, aplica-se indistintamente a todas as manifestações do Vereador, inclusive as proferidas fora do exercício do mandato ou fora da circunscrição do Município, por se tratar de garantia absoluta e incondicionada.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

53. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Rio Verde, determinadas matérias estão submetidas à iniciativa legislativa exclusiva do Prefeito. Assinale a alternativa CORRETA:

(a) Compete exclusivamente ao Prefeito iniciar leis que disponham sobre criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumento de sua remuneração.

(b) É de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora da Câmara Municipal toda lei que disponha sobre servidores públicos da Administração direta municipal.

(c) A iniciativa de leis relativas à criação e estruturação das Secretarias Municipais é concorrente entre o Prefeito e qualquer Vereador.

(d) As matérias relativas ao regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores municipais são de iniciativa popular, vedada a iniciativa privativa do Chefe do Executivo.

54. No curso da tramitação de uma proposição legislativa na Câmara Municipal de Rio Verde, esta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação - (CCJR) para manifestação acerca das matérias inseridas em sua esfera de competência. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Verde, compete à referida Comissão:

(a) Examinar exclusivamente a conveniência política e o mérito administrativo das proposições submetidas ao Plenário.

(b) Manifestar-se sobre os aspectos constitucionais, legais, jurídicos e regimentais das proposições, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Regimento.

(c) Exercer exclusivamente o acompanhamento e a fiscalização orçamentária dos planos e programas de investimento do Município.

(d) Examinar e emitir parecer apenas sobre projetos e contas apresentados anualmente pelo Prefeito Municipal.

55. De acordo com a Lei Municipal nº 7.434/2023, a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Rio Verde organiza-se em unidades hierarquizadas. Tendo por base especificamente a posição do Controle Interno, assinale a alternativa CORRETA:

(a) O Controle Interno integra a Diretoria Financeira, juntamente com a Gerência de Tesouraria, a Gerência de Contabilidade e a Gerência de Planejamento Orçamentário e Financeiro.

(b) O Controle Interno integra a estrutura da Presidência e compreende a Chefia do Núcleo de Apoio ao Controle Interno, a Chefia do Núcleo de Auditoria e Exame de Contas e o Núcleo do Controle da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar - CEAP.

(c) Controle Interno constitui órgão independente e não integra a estrutura administrativa do Poder Legislativo, assim como ocorre com os Gabinetes Parlamentares.

(d) O Controle Interno integra as Coordenadorias Setoriais e encontra-se subordinado à Coordenadoria de Compras e Licitações.

56. A Lei Municipal nº 7.435/2023 institui o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Rio Verde e disciplina, entre outros aspectos, o desenvolvimento dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Em consonância à referida Lei, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A progressão entre padrões depende exclusivamente de avaliação discricionária da Mesa Diretora, sendo dispensados critérios objetivos de desempenho ou tempo de serviço.

(b) O desenvolvimento funcional somente é assegurado aos servidores ocupantes de cargos em comissão, mediante avaliação periódica realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

(c) O desenvolvimento do servidor efetivo ocorre pela transferência de um padrão para o seguinte, no percentual de 3%, observados, alternadamente, os critérios de merecimento, aferido por avaliação formal de desempenho, e de antiguidade, esta estabelecida pelo interstício de três anos.

(d) O desenvolvimento do servidor efetivo ocorre exclusivamente pelo critério de antiguidade, mediante interstício de dois anos, com acréscimo de 5% sobre o vencimento.

Redação

REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÕES:

1. O texto deverá ter, no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 25 (vinte e cinco) linhas. Textos que não atingirem 20 linhas serão eliminados.
2. As alternativas propostas apresentam coletâneas que mantêm uma linha temática. Consulte as coletâneas e utilize-as segundo as instruções específicas dadas para a alternativa. Não as copie.
3. Ao elaborar sua redação, você poderá utilizar-se também de outras informações que julgar relevantes para o desenvolvimento da temática escolhida, desde que estejam, essencialmente, relacionadas.
4. Na redação final você deverá ater-se ao seguinte: a) indique a alternativa escolhida; b) dê um título à sua redação conforme a alternativa que você escolheu; c) use caneta de tinta azul ou preta.
5. Qualquer redação, por mais bem feita que seja, terá nota zero se fugir das temáticas propostas; se for cópia dos trechos apresentados nas coletâneas; se for ilegível ou apresentar desconhecimento da norma padrão e manejo da modalidade escrita, acarretando total comprometimento do texto produzido.
6. A redação também será penalizada se não corresponder ao tipo de texto escolhido.

ORIENTAÇÃO GERAL:

Seguem-se duas propostas/temas para, dentre elas, escolher uma para a sua redação.
Preste atenção ao assunto que é solicitado. A valorização do seu texto dependerá de sua relação direta com o tema, com a montagem do texto, com a coerência, com a coesão e, principalmente, com os argumentos que você utilizar para convencer o seu leitor de que o seu ponto de vista é o melhor.
Observe atentamente as orientações que acompanham cada alternativa. Leia atentamente os tópicos abaixo a fim de verificar qual deles se enquadra melhor aos seus conhecimentos, pois sua redação não deverá fugir e nem transgredir o tema proposto. Feito isso, escolha o tópico que deverá ser desenvolvido de forma clara e objetiva.

TEMA A

Texto 1

A Controladoria-Geral da União incorporou inteligência artificial à Plataforma Fala.BR, canal utilizado pelos cidadãos para encaminhar manifestações aos órgãos públicos. A ferramenta auxilia na identificação e classificação das manifestações apresentadas, buscando facilitar o uso da plataforma e o encaminhamento das demandas. A iniciativa é apresentada como uma forma de tornar o processo "mais rápido e acessível". A utilização da inteligência artificial no Fala.BR exemplifica a incorporação de novas tecnologias à prestação de serviços públicos. Nesse caso, a tecnologia é empregada diretamente em um canal de comunicação entre a

população e a Administração Pública, auxiliando o cidadão no registro de suas manifestações e na interação com os órgãos públicos.

AGÊNCIA BRASIL. CGU recorre à IA para facilitar acesso à plataforma Fala.BR. 2 abr. 2026.

Texto 2



Texto 3

A Estratégia Nacional de Governo Digital estabelece que "o foco dos serviços públicos é o cidadão". Entre suas recomendações está a ampliação da oferta de serviços em canais digitais, mas "sem prejuízo do direito a atendimento presencial". A proposta é que a transformação digital dos serviços públicos considere a experiência dos usuários, a inclusão e a acessibilidade. A Estratégia também recomenda integrar serviços públicos oferecidos em canais digitais e físicos e manter atendimento presencial para situações que não sejam plenamente resolvidas pelos meios digitais. Dessa maneira, a modernização dos serviços deve considerar as dificuldades e barreiras encontradas pelos usuários e assegurar que os diferentes canais sejam adequados às necessidades da população.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Estratégia Nacional de Governo Digital - Objetivo 2: Qualidade dos Serviços Públicos. Brasília, DF. /Fonte: Universidade Feevale (2026).

Texto 4

"A incorporação crescente de tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA) na gestão pública tem transformado profundamente os modos de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas. Essa realidade impõe novos desafios à formação e atuação dos servidores públicos, exigindo não apenas familiaridade com tecnologias digitais em geral, mas o desenvolvimento de competências específicas em IA, que vão além do domínio técnico, incluindo a consciência ética, o pensamento crítico e a capacidade de integrar ferramentas de IA de forma significativa e contextualizada às práticas administrativas." "As competências identificadas envolvem aspectos técnicos, operacionais, éticos, reflexivos e estratégicos, que podem orientar o desenvolvimento de programas de formação contínua em escolas de governo, bem como subsidiar a elaboração de currículos institucionais alinhados aos desafios da transformação digital na administração pública. [...] Em síntese, a revisão [...] evidencia a importância de integrar habilidades técnicas, consciência ética e capacidade crítica no preparo de profissionais do setor público."

DOI: 10.56238/bocav25n76-004.

A partir das reflexões apresentadas pelos textos motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema: **Inteligência artificial no serviço público: inovação e responsabilidade.**

TEMA B

Texto 1

A ética profissional, em tempos de transformações tecnológicas e reorganização das relações de trabalho, assume papel central nas discussões sobre comportamento, responsabilidade e integridade no ambiente organizacional. Em meio a novas demandas produtivas, o agir ético torna-se um eixo estruturante das relações interpessoais e institucionais, orientando decisões e fortalecendo o compromisso coletivo com a justiça e a transparência."(...) "No contexto organizacional, as decisões éticas não podem ser tratadas apenas como normas abstratas, mas como práticas que se expressam nas relações de trabalho."

DOI: 10.5281/zenodo.17393789.

Texto 2

"A gestão da ética é um conjunto de ações, normas, estruturas e instrumentos voltados à promoção, orientação e acompanhamento da conduta ética no serviço público. Seu objetivo é criar condições para que os princípios éticos sejam efetivamente incorporados ao cotidiano das instituições, fortalecendo a integridade, a transparência e a confiança na atuação estatal. A ética, por sua vez, é um conjunto de princípios e valores morais que orientam a conduta dos indivíduos em sociedade."(…)"Ela reflete sobre o que é considerado certo ou errado, bom ou ruim, buscando promover o comportamento responsável e o respeito nas relações interpessoais e institucionais. No contexto da administração pública, esses valores ganham ainda mais relevância, pois orientam a atuação de todos aqueles que exercem funções em nome do Estado."

BRASIL. Ministério da Defesa. Gestão da Ética. Publicado em 22 jul. 2025.

Texto 3

"A ética na administração pública não se limita a um conjunto de normas formais; constitui, antes, o alicerce da confiança entre o Estado e a sociedade. Uma conduta orientada pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência orienta a formulação e a execução de políticas públicas comprometidas com o interesse coletivo e com o fortalecimento da democracia. Nesse contexto, o exercício cotidiano do serviço público requer responsabilidade, discernimento e compromisso com valores que asseguram a integridade das instituições e a legitimidade das decisões administrativas."(…)"Assim, cada agente público exerce papel fundamental. As condutas individuais, somadas, moldam a cultura organizacional e influenciam diretamente a percepção da sociedade acerca da lisura, da legitimidade e da credibilidade do poder público. Assim, a observância dos princípios éticos constitui um dever coletivo, indispensável à sustentação da confiança social e ao fortalecimento do pacto democrático."

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ética, Democracia e Serviço Público: um compromisso permanente. 2026.

Texto 4



QUINO. Mafalda. Disponível em: www.nova-acropole.pt. Acesso em: 28 fev. 2013.

Em vista às reflexões apresentadas pelos textos motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema: **Ética e responsabilidade no exercício da função pública.**

Indique a opção escolhida: (Obs: a opção é dentre os termos propostos)	Corretor:	Nota:

	Título:
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	